



**PBPC**  
ISSN 2674-9432



**Qualis A3**  
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no  
Google Acadêmico

# A GEOGRAFIA NO NOVO ENSINO MÉDIO PAULISTA: REFORMAS CURRICULARES, FLEXIBILIZAÇÃO E DISPUTAS NO CURRÍCULO

Nivea Massaretto Verges, Diego Corrêa Maia



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n3p1629-1669>

Artigo recebido em 20 de Março e publicado em 21 de Maio de 2026

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### Resumo

O presente artigo analisa as alterações curriculares relacionadas à Geografia no Ensino Médio da rede estadual paulista no contexto da implementação do Novo Ensino Médio entre os anos de 2020 e 2026. O estudo discute as sucessivas reorganizações curriculares promovidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com destaque para as mudanças na carga horária da disciplina, na organização da Formação Geral Básica e dos itinerários formativos, bem como seus impactos para a formação dos estudantes e para o trabalho docente. Fundamentado em análise documental de resoluções, matrizes curriculares, organizadores curriculares e demais normativas estaduais, o trabalho evidencia um cenário de instabilidade curricular marcado por reformulações constantes na organização do Ensino Médio paulista. A pesquisa articula as discussões do campo do currículo e das políticas educacionais, dialogando com autores como Apple (2002), Ball (2012), Sacristán (2013), Goodson (2013) e Lopes (2019), além de pesquisadores do ensino de Geografia, como Cavalcanti (2019) e Callai (2013). Os resultados indicam que a flexibilização curricular proposta pelo Novo Ensino Médio produziu processos de fragmentação do conhecimento e desigualdade no acesso aos conteúdos geográficos, contribuindo para o enfraquecimento da presença da Geografia na formação comum dos estudantes da rede estadual paulista. Além disso, as constantes alterações curriculares ampliaram as incertezas relacionadas à atuação docente e à organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas. O estudo constitui parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutorado defendida em novembro de 2025, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.

**Palavras-chave:** Geografia Escolar; Novo Ensino Médio; Currículo Paulista; Currículo Prescritivo; Políticas Educacionais.

# **GEOGRAPHY IN THE NEW SÃO PAULO HIGH SCHOOL EDUCATION: CURRICULAR REFORMS, FLEXIBILITY, AND DISPUTES IN THE CURRICULUM**

## **ABSTRACT**

This article analyzes curricular changes related to Geography in High School education within the São Paulo state school system in the context of the implementation of the New High School model between 2020 and 2026. The study discusses the successive curricular reorganizations promoted by the São Paulo State Department of Education, highlighting changes in the discipline's workload, in the organization of General Basic Education and educational pathways, as well as their impacts on student education and teaching work. Based on documentary analysis of resolutions, curricular matrices, curricular organizers, and other state regulations, the study reveals a scenario of curricular instability marked by constant reformulations in the organization of São Paulo High School education. The research articulates discussions from the fields of curriculum and educational policies, engaging with authors such as Apple (2002), Ball (2012), Sacristán (2013), Goodson (2013), and Lopes (2019), in addition to researchers in Geography education, such as Cavalcanti (2019) and Callai (2013). The results indicate that the curricular flexibility proposed by the New High School model produced processes of knowledge fragmentation and inequality in access to geographical content, contributing to the weakening of Geography's presence in the common education of students in the São Paulo state school system. Furthermore, the constant curricular changes increased uncertainties related to teaching practices and the organization of pedagogical work in public schools. The study is part of the reflections developed in the doctoral dissertation defended in November 2025 within the Graduate Program in Geography at São Paulo State University.

**Keywords:** School Geography; New High School Education; São Paulo Curriculum; Prescriptive Curriculum; Educational Policies.

**Autores correspondentes:** Nivea Massaretto Verges e João Vitor Gobis Verges.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)





## **Introdução**

As reformas educacionais implementadas nas últimas décadas no Brasil têm promovido profundas alterações na organização curricular da educação básica, especialmente após a aprovação da Lei nº 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio, e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Fundamentadas no discurso da flexibilização curricular, do protagonismo juvenil e da ampliação das possibilidades formativas, tais reformas têm produzido intensos debates no campo educacional, sobretudo em relação às transformações na organização dos componentes curriculares, na formação geral básica e nos itinerários formativos.

No contexto dessas mudanças, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas passaram por sucessivas reorganizações curriculares, repercutindo diretamente na presença da Geografia no Ensino Médio. Na rede estadual paulista, a implementação do Currículo Paulista e das diferentes matrizes curriculares vinculadas ao Novo Ensino Médio provocou alterações constantes na carga horária, na distribuição dos componentes curriculares e nas possibilidades de atuação docente, especialmente entre os anos de 2020 e 2026. As frequentes reformulações realizadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo evidenciam um cenário de instabilidade curricular marcado por mudanças sucessivas na organização da etapa, produzindo impactos tanto para os estudantes quanto para os professores da rede estadual.

Diversos autores têm problematizado os fundamentos das reformas curriculares contemporâneas e seus impactos sobre a organização do conhecimento escolar. Conforme discutem Apple (2002), Ball (2012) e Sacristán (2013), as políticas curriculares estão inseridas em disputas políticas, econômicas e ideológicas que redefinem quais conhecimentos devem ocupar centralidade na escola. Nesse contexto, a flexibilização curricular e a lógica das competências tendem a produzir processos de fragmentação do conhecimento e diferenciação curricular, aprofundando desigualdades educacionais e redefinindo o papel das disciplinas escolares. Para Goodson (2013), as disciplinas constituem construções históricas e sociais permanentemente atravessadas por disputas de legitimidade e espaço curricular, aspecto que se evidencia nas sucessivas alterações envolvendo a Geografia no Ensino Médio paulista.

Além disso, autores do campo do ensino de Geografia, como Cavalcanti (2019) e Callai (2013), destacam que a Geografia escolar possui papel fundamental na formação crítica dos estudantes, contribuindo para a compreensão das desigualdades socioespaciais, das relações sociedade-natureza, das dinâmicas territoriais e das múltiplas escalas que estruturam o espaço geográfico contemporâneo. Dessa forma, a redução da presença da Geografia na formação comum do Ensino Médio ultrapassa alterações meramente quantitativas, produzindo impactos significativos na formação humana e cidadã dos estudantes.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar as alterações curriculares relacionadas à Geografia no Ensino Médio da rede estadual paulista no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, discutindo suas implicações para a organização curricular, para a formação dos estudantes e para o trabalho docente. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada em análise documental das resoluções, matrizes curriculares, organizadores curriculares e demais normativas elaboradas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo entre os anos de 2020 e 2026. A análise buscou compreender as alterações na carga horária da Geografia, na organização dos itinerários formativos e nas possibilidades de atuação docente, articulando os dados documentais às discussões teóricas do campo do currículo, das políticas educacionais e do ensino de Geografia.

Para tanto, o texto apresenta uma análise acerca da reorganização curricular da Geografia no Ensino Médio da rede estadual paulista, com destaque para as alterações nas matrizes curriculares, nos itinerários formativos e na carga horária do componente curricular entre os anos de 2020 e 2026, concluindo com uma discussão das implicações dessas mudanças para a formação dos estudantes, para a Geografia escolar e para o trabalho docente na rede estadual paulista.

### **A Geografia no Novo Currículo Paulista do Ensino Médio**

Seguindo as normativas da BNCC, o texto apresenta o novo formato do ensino médio para a rede estadual paulista, composto pela Formação Geral Básica e a parte diversificada flexível, dispondo os componentes curriculares por áreas e definindo a organização de cada uma delas. Para área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde

está inserida a Geografia, termos como “protagonismo”, “autonomia” e “projeto de vida” são evidenciados na proposição do currículo para a área. À Geografia cabe o papel de aprofundar os saberes científicos e conceitos que atuam na formação das sociedades humanas e funcionamento da natureza, compreendendo o espaço geográfico, lugar, território, paisagem em suas dimensões e contradições nas esferas econômica, política, ambiental e cultural e também no aprofundamento da educação cartográfica.

Quanto à organização curricular para a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, todos os componentes curriculares trabalham as mesmas competências, habilidades e categorias a partir do objeto de estudo da disciplina. Nos Quadros 1, 2, 3 e 4, a seguir, estão elencadas as categorias e objetos de estudo para a Geografia:

**Quadro 1.** Categoria “Tempo e Espaço” e Objeto de Estudo para a Geografia no Ensino Médio

CATEGORIA	OBJETO DE ESTUDO
TEMPO E ESPAÇO	As relações entre espaço, sociedade, natureza, trabalho e tempo. Transformações antrópicas no meio físico em diferentes sociedades.
	Sociedades tradicionais e urbano-industriais: as transformações da paisagem e do território pelo modo de vida e pela ocupação do espaço.
	A problemática socioambiental e a relação com as classes sociais e a estratificação social. A dinâmica da natureza e os impactos causados pela ação antrópica.
	Patrimônio natural, a conservação e o papel do turismo sustentável.
	Os processos de transformação da paisagem em diferentes sociedades. Espaço urbano e rural: conflitos pela terra, interesses divergentes e ambiguidades.
	Técnicas de cartografia e geotecnologias e seu uso em diferentes fenômenos espaciais. As desigualdades regionais e sociais expressas pelo acesso à internet e redes sociais. Mapas temáticos e a análise de territórios.

**Fonte:** SÃO PAULO, 2020 - Organizado pelos autores.

**Quadro 2. Categoria “Território e Fronteira” e Objeto de Estudo para a Geografia no Ensino Médio**

<b>CATEGORIA</b>	<b>OBJETO DE ESTUDO</b>
<b>TERRITÓRIO E FRONTEIRA</b>	As correntes migratórias, a produção e circulação de mercadorias e suas marcas na paisagem; conflitos socioespaciais e organização territorial.
	A geopolítica e seus desdobramentos na produção, circulação e consumo responsável. Fronteiras culturais: integração e exclusão sociocultural.
	Fronteira, território e territorialidade: conceito político e jurídico e a noção social de ocupação do espaço. Segregação espacial e cultural.
	O pensamento geográfico e as diferentes concepções da geopolítica. Potências mundiais: fronteiras, territórios e territorialidades. Organismos internacionais e políticas de administração nacionais.
	Desigualdade no território: diferentes formas de ocupação em diferentes espaços. Transição demográfica, população economicamente ativa e ocupação das áreas urbanas.
	Produção e ocupação do espaço por meio da análise e elaboração de mapas temáticos. Abrangência escalar do fenômeno espacial: local, regional e global e as relações entre os princípios do raciocínio geográfico.

**Fonte:** SÃO PAULO, 2020 - Organizado pelos autores.

**Quadro 3. Categoria “Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética” e Objeto de Estudo para a Geografia no Ensino Médio**



<b>CATEGORIA</b>	<b>OBJETO DE ESTUDO</b>
INDIVÍDUO, NATUREZA, SOCIEDADE, CULTURA E ÉTICA	Impactos socioambientais relacionados aos diferentes padrões de consumo e a necessidade de adoção de hábitos sustentáveis.
	Riscos e desastres: vulnerabilidade e insegurança ambiental. Mudanças climáticas: as estratégias e instrumentos internacionais de promoção das políticas ambientais
	A igualdade e o respeito à diversidade: a institucionalização dos Direitos Humanos.
	Segregação socioespacial, vulnerabilidade socioambiental no mundo contemporâneo. Políticas públicas e planejamento de infraestrutura como promoção aos Direitos Humanos.
	Representação cartográfica da violência. O discurso da violência nas campanhas políticas, propagandas ideológicas, redes sociais e no uso político de fake News.
	A geopolítica das técnicas e da ciência. Os conflitos espaciais na produção, distribuição e consumo: a divisão internacional e territorial do trabalho.
	Delimitação e demarcação de terras e as questões indígenas e quilombolas.
	Segregação socioespacial e a violação dos Direitos Humanos. Redes globais e fluxos financeiros e a relação com a vulnerabilidade social e as desigualdades territoriais.

**Fonte:** SÃO PAULO, 2020 - Organizado pelos autores.

**Quadro 4.** Categoria “Política e Trabalho” e Objeto de Estudo para a Geografia no Ensino Médio.

CATEGORIA	OBJETO DE ESTUDO
POLÍTICA E TRABALHO	Impactos ambientais em áreas rurais e urbanas e a relação com a produção econômica. Gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade socioambiental.
	Impactos socioeconômicos, socioambientais e na biodiversidade: as práticas agropecuárias e extrativas; a cadeia produtiva do petróleo, dos minérios, desmatamento, o assoreamento, as queimadas, a erosão, a poluição do ar, do solo e das águas.
	A produção econômica e as legislações para uso, preservação, restauração e conservação dos recursos naturais. O papel dos órgãos internacionais nos acordos, tratados, protocolos e convenções voltadas as práticas sustentáveis em diferentes escalas.
	Os desafios do agronegócio para o uso e gestão dos recursos naturais de forma sustentável. Padrões de industrialização e os riscos ao meio ambiente em diferentes países do mundo.
	O Meio Técnico, Científico e Informacional e os impactos no uso do território pelas relações do mundo do trabalho.
	Indicadores socioeconômicos: conceito, aplicação e análise em diferentes escalas e lugares. A composição das desigualdades sociais em diferentes tempos e espaços.
	O trabalho urbano e rural no mundo contemporâneo e os seus desafios ético políticos: a mão de obra familiar, as parcerias, os assalariados temporários, o trabalho doméstico, autônomo e trabalho análogo ao escravo.
	Interpretação de mapas para a compreensão dos conceitos de



fluxos materiais e imateriais: a distribuição espacial das juventudes, da riqueza, dos fluxos de informação, da população economicamente ativa, da transição demográfica e do envelhecimento da população.
Países latino-americanos: os conflitos territoriais nas fronteiras e processos migratórios.
Ideias e concepções sobre a formação de territórios e fronteiras e suas implicações para a compreensão da cidadania e autonomia política.
Posicionamentos de organismos internacionais, como: ONU, FMI, Conselho de Segurança, OMC, OIT, OMS, UNESCO e Banco Mundial, frente às demandas das sociedades global e locais. Os organismos internacionais e a economia globalizada, suas influências junto à Estados Nacionais, (des)respeitando sua governança.
A dinâmica da população brasileira no mundo contemporâneo

**Fonte:** SÃO PAULO, 2020 - Organizado pelos autores.

Embora o Currículo Paulista apresente uma ampla diversidade temática para a Geografia escolar, observa-se que os conceitos estruturantes da ciência geográfica aparecem diluídos em categorias amplas e articulados prioritariamente ao desenvolvimento de competências e habilidades. Nesse contexto, a organização curricular aproxima-se de uma perspectiva instrumental do conhecimento, na qual os conteúdos deixam de ocupar centralidade no processo formativo e passam a ser mobilizados em função de finalidades previamente definidas pelas competências gerais da BNCC.

Tal perspectiva dialoga com as críticas formuladas por Apple (2002) e Sacristán (2013), ao evidenciarem que os currículos não constituem seleções neutras do conhecimento, mas expressam disputas políticas, econômicas e ideológicas sobre quais saberes devem ser legitimados na escola. No caso da Geografia, percebe-se um

deslocamento da centralidade dos conceitos geográficos clássicos para abordagens mais flexíveis e interdisciplinares, alinhadas à lógica das competências e da adaptação às demandas contemporâneas.

Além disso, conforme aponta Young (2007), o enfraquecimento das fronteiras disciplinares pode resultar na perda do acesso ao “conhecimento poderoso”, comprometendo a formação teórica e crítica dos estudantes. Assim, ainda que o currículo utilize termos como protagonismo, autonomia e projeto de vida, observa-se uma reorganização curricular que tende a fragilizar a especificidade epistemológica da Geografia escolar.

Todas as habilidades da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser trabalhadas em qualquer um dos níveis do ensino médio. A organização curricular apresentada no Currículo Paulista demonstra a seleção dos conteúdos mínimos a serem trabalhados nesta última etapa da educação básica. Observa-se que, por meio da sistematização das categorias de estudo, mesmo permeando os objetos de estudo, os conceitos da Geografia, bem como dos demais componentes curriculares, não ficam evidenciados no currículo.

No novo Currículo Paulista são apresentados os itinerários formativos, que devem ser organizados em quatro eixos estruturantes: I) Investigação Científica; II) Processos Criativos; III) Mediação e Intervenção Sociocultural e IV) Empreendedorismo. Para cada uma das áreas de itinerários foi elaborado um organizador curricular, contendo as habilidades relacionadas às competências gerais e seus respectivos eixos estruturantes, as habilidades específicas associadas aos eixos estruturantes e os pressupostos metodológicos. De acordo com o texto, essa organização curricular visa orientar e indicar possibilidades para a concretização das aprendizagens esperadas, para cada eixo estruturante.

Os itinerários formativos da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas o objetivo é consolidação e ampliação de conhecimentos, a preparação dos estudantes para os desafios do mundo do trabalho e da cidadania na contemporaneidade, o aprimoramento a formação ética e incentivo de uma postura ativa em relação ao conhecimento científico, filosófico e à produção artística e literária.

Nesta contextualização, pode-se afirmar que desde a implementação dos PCNem, PCN+, OCNem, Programa São Paulo Faz Escola e o novo Currículo Paulista,



permanecem em vigência políticas educacionais concebidas de maneira centralizada, com uma abordagem neoliberal, influenciadas por organismos internacionais que ditam as diretrizes para reformas curriculares em países em desenvolvimento, baseadas em avaliações padronizadas. Essas reformas, centradas no currículo e justificadas pela melhoria da qualidade do ensino, não discutem todos os elementos que compõem todo o sistema educacional, que envolve questões de ordem política, social e econômica. Há mudanças na seleção de conteúdos, na carga horária, como veremos adiante, mas o objetivo central das reformas permanece no currículo voltado à atender interesses neoliberais. São reformas curriculares importantes que foram pensadas em um curto espaço de tempo, pouco discutida com a comunidade escolar, elaboradas e aprovadas em momentos conturbados do país.

Fica evidente que tais reformas não buscam (ou não querem) identificar as causas reais da evasão escolar e os baixos índices de aprendizagem na última etapa da educação básica. Os reformadores discursam sobre a flexibilização do currículo para torná-lo mais atrativo aos estudantes, mas não refletem sobre as condições socioeconômicas dos alunos. Implementam itinerários formativos, mas não oferecem investimentos em capital humano e nos recursos para infraestrutura das unidades escolares para que possam ofertar essa parte diversificada do currículo. Cobram a renovação das práticas didáticas do professor e sua responsabilidade para implementar as novas normativas, mas não se discute a valorização da carreira docente e de seus salários, pelo contrário, adota-se um sistema de bonificação baseado nos resultados das avaliações externas. Nesse sentido, observa-se, mais uma vez, a configuração de um currículo prescritivo.

Após a aprovação do novo currículo foram estabelecidas, por meio de Resolução da Secretaria de Educação a Carga Horária dos componentes curriculares, bem como as matrizes curriculares dos itinerários formativos. Para detalhar esses aspectos, foi analisada a Matriz Curricular para o Ensino Regular Diurno do Ensino Médio. Também, para fins de comparação, a carga horária foi organizada de modo a visualizar todos os componentes curriculares da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na qual se insere a Geografia. A Tabela 1, a seguir, apresenta em detalhes as normativas da Resolução SE - 85, 19/11/2020, que deveriam entrar em vigência já em 2021.



**Tabela 1.** Matriz Curricular - Ensino Médio - Formação Básica - Período Diurno - 2020 -  
Resolução SE - 85, 19/11/2020.

ÁREA	Série/Aulas Semanais		
Ciências Humanas	1º Ano	2º Ano	3º Ano
História	-	2	2
Geografia	-	2	2
Filosofia	-	2	2
Sociologia	-	2	2

**Fonte:** Resolução SE - 85, 19/11/2020 - Organizado pelos autores.

Por meio da Resolução SE - 85/2020, evidencia-se a alteração da Geografia e de todos os demais componentes da área no ensino médio, deixando de ser ofertada no 1ª série. Quando o documento à consulta pública afirmou que todas as disciplinas seriam mantidas, mas não informou sobre mudanças na carga horária, esta resposta veio com a resolução, efetivando tais alterações. Nesse sentido, os estudantes da 1ª série já iniciaram a implementação do novo Currículo Paulista em 2021 sem a oferta dos componentes curriculares de Ciências Humanas.



Ao final do ano de 2021, nova Resolução foi publicada, alterando a carga horária para o ano letivo de 2022, conforme evidenciado na Tabela 2:

**Tabela 2.** Matriz Curricular - Ensino Médio - 1ª e 2ª série em 2022 e 3ª série em 2023  
Formação Básica - Período Diurno - 2020 - Resolução SE - 97, 08/10/2021.

ÁREA	Série/Aulas Semanais		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano
<b>Ciências Humanas</b>			
<b>História</b>	2	2	-
<b>Geografia</b>	2	2	-
<b>Filosofia</b>	2	2	-
<b>Sociologia</b>	2	2	-

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

Para o ano letivo de 2022, os estudantes voltariam a ter a oferta dos componentes curriculares de Ciências Humanas, sendo a carga horária de 2 aulas semanais para cada uma das disciplinas, já indicando que em 2023, a 3ª série não seria contemplada com a Área de Ciências Humanas na formação geral básica. Vale ressaltar que, seguindo a orientação das Resoluções, um estudante que ingressou na 1ª série em 2021, não teve oferta de nenhum componente curricular da Área de Ciências Humanas, em 2022, na 2ª série, esse estudante teve em sua formação duas aulas semanais para cada disciplina da área e, ao chegar na 3ª série, não teve a oferta desses componentes.

Nesse contexto, nota-se que esse estudante passou todo o ensino médio com apenas 2 aulas semanais de Geografia, de História, de Filosofia e de Sociologia, o que resulta na reflexão sobre que conteúdos foram possíveis ser trabalhados em apenas um ano letivo (na 2ª série) com apenas duas aulas semanais? O documento da consulta *online* previa a manutenção da carga horária das disciplinas, porém, na prática não foi exatamente isso que aconteceu. Também neste mesmo documento de consulta indicava-se que o professor poderia aumentar sua carga horária a partir dos itinerários formativos.



As alterações na carga horária da Geografia evidenciam que a reorganização curricular do Novo Ensino Médio não ocorre de maneira homogênea entre os componentes curriculares. A redução progressiva da presença da Geografia na Formação Geral Básica demonstra um processo de hierarquização dos saberes escolares, no qual determinadas áreas passam a ocupar posição secundária na formação dos estudantes.

Nesse contexto, as reformas curriculares aproximam-se da lógica analisada por Goodson (2013), ao afirmar que as disciplinas escolares constituem construções sociais e históricas permanentemente atravessadas por disputas de legitimidade e espaço curricular. A redução da carga horária da Geografia não representa apenas uma alteração administrativa, mas produz impactos diretos na formação crítica dos estudantes e na possibilidade de compreensão das dinâmicas territoriais, ambientais, econômicas e sociais do mundo contemporâneo.

Além disso, ao transferir parte significativa da formação para os itinerários formativos, o currículo reforça desigualdades entre os estudantes, uma vez que o acesso aos conteúdos passa a depender dos itinerários ofertados pelas escolas e das escolhas realizadas pelos próprios alunos. Tal organização aproxima-se das críticas de Lopes (2019), ao discutir que a flexibilização curricular tende a ampliar processos de fragmentação e desigualdade educacional.

Para uma melhor visualização das possibilidades ao professor de Geografia, organizamos as matrizes curriculares, propostas por meio da Resolução SE - 97, 08/10/2021, para ensino médio regular diurno, nesse sentido, para a Geografia, além das duas aulas da formação básica, na 1ª e 2ª séries, as unidades curriculares dos itinerários formativos, com seus respectivos componentes curriculares, e que possui o componente como prioritário ou alternativo, são apresentadas nos Quadros, 5 a 10 a seguir:

**Quadro 5.** Itinerário Formativo - Áreas de Matemática e suas Tecnologias, com possibilidade ao professor de Geografia.

<b>Áreas de Matemática e suas Tecnologias</b>	<b>Série/Aulas Semanais</b>
---	-----------------------------



<b>Unidade Curricular</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>1º An o</b>	<b>2º An o</b>	<b>3º An o</b>	<b>Observação</b>
UC 3 - Certeza e Incerteza: para que serve a probabilidade	Estudos Demográficos	-	-	3	Disciplina Prioritária
UC 6 - Eu jovem a caminho do trabalho	Atualidades	-	-	3	Disciplina Prioritária

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

**Quadro 6.** Itinerário Formativo - Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas –  
Superar Desafios é de Humanas – com possibilidade ao professor de Geografia.

<b>Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas CHS1 - Superar Desafios é de Humanas</b>		<b>Série/Aulas Semanais</b>			
<b>Unidade Curricular</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>1º An o</b>	<b>2º An o</b>	<b>3º An o</b>	<b>Observação</b>
UC 1 - No mundo tudo está interligado	As transformações no espaço geográfico e sociedade	-	2	-	Disciplina Prioritária
	As narrativas históricas e sua produção material e imaterial	-	2	-	Disciplina Alternativa
	Cultura e Sociedade	-	2	-	Disciplina Alternativa
UC 2 - Pessoal e	População em	-	2	-	Disciplina



Coletivo: repense suas atitudes	Movimento				Prioritária
	Eu e o outro: culturas no plural	-	2	-	Disciplina Alternativa
UC 3 - Em que mundo vivemos	Construindo cidades sustentáveis	-	-	2	Disciplina Prioritária
	Os desafios da convivência	-	-	2	Disciplina Alternativa
	Globalização e mudanças sociais	-	-	2	Disciplina Alternativa
	Observatório: imprensa global	-	-	2	Disciplina Alternativa
UC 4 - Atitudes Sustentáveis: qual é a pegada	Liberdade, determinismo e responsabilidade	-	-	2	Disciplina Alternativa
	Educação para a redução de riscos e Desastres	-	-	2	Disciplina Prioritária
	Povos Tradicionais seus sentidos e significados	-	-	2	Disciplina Alternativa
	Sociedade e meio ambiente	-	-	2	Disciplina Alternativa
UC 5 - O direito a ter direitos	Políticas Públicas e Direitos Humanos	-	-	2	Disciplina Prioritária
UC 6 - Cenários, pontes e trilhas	Mapeando o mundo	-	-	2	Disciplina Prioritária
	Juventude, economia e trabalho	-	-	2	Disciplina Alternativa

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

**Quadro 7. Itinerário Formativo - Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas –  
Liderança e Cidadania – com possibilidade ao professor de Geografia**

<b>Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas CHS2 - Liderança e Cidadania</b>		<b>Série/Aulas Semanais</b>			
<b>Unidade Curricular</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>1º An o</b>	<b>2º An o</b>	<b>3º An o</b>	<b>Observação</b>
UC 1 - Cidadania Local e Global	Sonhando o Brasil: um projeto original de desenvolvimento	-	2	-	Disciplina Alternativa
	Cidadania Regional	-	2	-	Disciplina Prioritária
UC 2 - Mídias e Comunicação	Comunicação e Tecnologia da Informação	-	2	-	Disciplina Prioritária
	Ativismo Digital	-	2	-	Disciplina Alternativa
UC 3 - Direito e acesso à justiça	Conhecendo os meus direitos	-	-	2	Disciplina Alternativa
	Direitos em Pauta	-	-	2	Disciplina Prioritária
UC 4 - Inovação e coletividade	Inovação e a sociedade	-	-	2	Disciplina Alternativa
	Inovação e a era digital	-	-	2	Disciplina Prioritária
UC 5 - Políticas Públicas	Desenvolvimento Sustentável	-	-	2	Disciplina Prioritária



UC 6 - Participação e Mobilização Social	Redes de Mobilização	-	-	2	Disciplina Prioritária
--	----------------------	---	---	---	------------------------

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

**Quadro 8. Itinerário Formativo - Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza, com possibilidade ao professor de Geografia**

Áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza CHSCNT1 - A cultura do solo: do campo à cidade		Série/Aulas Semanais			
Unidade Curricular	Componente Curricular	1º An o	2º An o	3º An o	Observação
UC 1 - O indivíduo e o meio ambiente	Das rochas ao solo, entenda essa transformação	-	2	-	Disciplina Prioritária /Alternativa
	Aspectos socioculturais da alimentação	-	2	-	Disciplina Alternativa
UC 2 - Ação Humana e suas consequências	Estudo e conservação dos solos	-	2	-	Disciplina Prioritária /Alternativa
	Sociedade e desenvolvimento territorial	-	2	-	Disciplina Alternativa
UC 3 - Tecnologia e Sustentabilidade	Sistemas de Informações	-	-	2	Disciplina Prioritária



	Geográficas				/Alternativa
UC 5 - Tecnologia agro: rural e urbana	Questões agrárias brasileiras	-	-	2	Disciplina Prioritária

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

**Quadro 9. Itinerário Formativo - Áreas de Ciências Humanas e Linguagens, com possibilidade ao professor de Geografia**

Áreas de Ciências Humanas e Linguagens CHSLGG1 - Cultura em movimento: diferentes formas de narrar a experiência humana		Série/Aulas Semanais			
Unidade Curricular	Componente Curricular	1º An o	2º An o	3º An o	Observação
UC 1 - Tradições e heranças culturais	Ressignificando a formação do povo brasileiro	-	2	-	Disciplina Alternativa
UC 3 - Compromissos com o patrimônio cultural e ambiental	Cartografia social e afetiva	-	-	3	Disciplina Prioritária
UC 6 - O direito a ter direitos: velhas disputas e novos olhares	Mundo contemporâneo e suas vulnerabilidades	-	-	3	Disciplina Prioritária
	Direitos que transformam: diferenças e semelhanças nas formas de estar no mundo	-	-	2	Disciplina Alternativa

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

**Quadro 10. Itinerário Formativo - Áreas de Ciências Humanas e Matemática, com  
possibilidade ao professor de Geografia**

Áreas de Ciências Humanas e Matemática CHSMAT1 - Ciências Humanas, Arte, Matemática		Série/Aulas Semanais			
Unidade Curricular	Componente Curricular	1º An o	2º An o	3º An o	Observação
UC 1 - Números também importam	Demografia: investigação das populações humanas	-	2	-	Disciplina Prioritária
	Mudanças sociais: demografia e trabalho	-	2	-	Disciplina Alternativa
UC 2 - De olho na informação	Representações do espaço geográfica	-	2	-	Disciplina Prioritária
UC 4 - Números também são cultura	Diferentes percepções do clima	-	-	3	Disciplina Prioritária
UC 5 - Indicadores sociais: o que isso muda na minha vida?	Leitura e interpretação de dados socioeconômicos	-	-	3	Disciplina Prioritária

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

Embora os documentos oficiais apresentem os itinerários formativos como mecanismos de flexibilização curricular e ampliação das possibilidades de escolha dos estudantes, observa-se que sua implementação ocorre de maneira profundamente desigual entre as escolas da rede estadual paulista. A oferta limitada de itinerários, a ausência de infraestrutura adequada e as restrições relacionadas ao quadro docente comprometem a efetivação do discurso de protagonismo juvenil amplamente presente nas normativas oficiais.

Nesse sentido, Ball (2012) destaca que as reformas educacionais contemporâneas frequentemente produzem um distanciamento entre o discurso político e as condições concretas de implementação nas escolas. No caso paulista, verifica-se que a flexibilização curricular ocorre simultaneamente à redução da formação geral básica e à ampliação das incertezas relacionadas à atribuição de aulas e à atuação dos professores de Geografia.

Além disso, ao deslocar parte significativa da formação geográfica para componentes dos itinerários formativos, muitas vezes classificados como disciplinas alternativas, o currículo fragiliza a garantia do acesso universal ao conhecimento geográfico escolar, aprofundando desigualdades entre estudantes da própria rede pública estadual.

Das 65 matrizes curriculares apresentadas na Resolução SE - 97/2021 para o ensino médio diurno, 6 são possíveis para atuação do professor de Geografia. A Tabela 3, a seguir, traz uma sistematização para a Geografia:

**Tabela 3. Possibilidades de Aula para o Professor de Geografia nos Itinerários Formativos.**

CONDIÇÃO DA DISCIPLINA	AULAS SEMANAIS	AULAS SEMANAIS
	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
PRIORITÁRIA	12	36
ALTERNATIVA	18	20
PRIORITÁRIA/ ALTERNATIVA	4	2
TOTAL	34	58

**Fonte:** Resolução SE - 97, 08/10/2021 - Organizado pelos autores.

Em síntese, observa-se maior oferta de unidades curriculares na 3ª série, sendo a maior parte na condição de disciplina prioritária. Como não há oferta do componente curricular na Formação Geral Básica, tem-se a possível inserção da Geografia nos itinerários formativos. Já na 2ª série há maior oferta de unidades



curriculares na condição de disciplina alternativa, o que não garante possibilidades ao professor de Geografia.

Vale destacar que esse total representa todas as matrizes postas na resolução, não significando que todas seriam ofertadas nas escolas. Nesse âmbito, pode-se afirmar que, ao mencionar nas normativas que os componentes curriculares teriam possibilidades de aumentar a carga horária nos itinerários, não há nenhuma garantia na prática.

### **Mudanças na organização curricular paulista após o início da implementação do Novo Ensino Médio**

Conforme afirmado anteriormente, diante do descontentamento da reforma do ensino médio e da organização curricular, o governo de São Paulo altera a matriz curricular com a publicação da Resolução SE - 52 de 16 de novembro de 2023, modificando a carga horária dos componentes curriculares. A Tabela 4, a seguir, evidencia a alteração da Formação Básica:

**Tabela 4. Matriz Curricular - Ensino Médio - 1ª e 2ª e 3ª série em 2024 Formação Básica - Tempo Parcial Diurno - Resolução SE - 52, 16/11/2023**

ÁREA	Série/Aulas Semanais		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Ciências Humanas			
História	2	2	2
Geografia	2	2	2
Filosofia	2	-	-
Sociologia	-	2	-

**Fonte:** Resolução SE - 52, 16/11/2023 - Organizado pelos autores.

Pode ser observado na Tabela 4, o retorno das aulas de Geografia e História na 3ª série, em contrapartida, Filosofia e Sociologia passam a ser ofertadas apenas na 1ª série. De acordo com a SEE, a alteração ocorreu para atender à demanda encaminhada

por professores e alunos e teve como objetivo a diminuição da desigualdade educacional e preparação dos estudantes para os vestibulares. Isso pode ser observado na matriz curricular de todos os itinerários, onde há uma unidade curricular denominada “Aceleração para Vestibular”, na qual as aulas poderão ser atribuídas para todas as licenciaturas prioritárias. Nesse sentido, há também alterações na quantidade de Itinerários Formativos de Aprofundamento, reduzindo de 12 para 3 itinerários, sendo: a) Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGGCHS); b) Ciências da Natureza e Suas Tecnologias e Matemática (CNT-MAT); c) Formação Técnica Profissional.

Especificamente para a Geografia, além das duas aulas da formação básica geral em todas as séries do ensino médio, as unidades curriculares dos itinerários formativos que tem o componente como prioritário ou alternativo podem ser observados no Quadro 11, a seguir:

**Quadro 11. Itinerário Formativo de Aprofundamento - Áreas de Matemática e Ciências da Natureza (MAT/CNT), com possibilidade ao professor de Geografia.**

Áreas de Matemática e Ciências da Natureza		Série/Aulas Semanais		
Itinerário Formativo Global	Componentes Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano
	Aceleração para Vestibular	-	-	3
	Projeto de Vida	2	2	2

**Fonte:** Resolução SE - 52, 16/11/2023 - Organizado pelos autores.

A partir do Quadro 11, percebe-se que no Itinerário Formativo de Aprofundamento - Áreas de Matemática e Ciências da Natureza (MAT/CNT), o Professor de Geografia pode optar pelo componente curricular da 3ª série “Aceleração para Vestibular” cujo principal objetivo é o enfoque aos futuros vestibulandos, com três aulas semanais. Cabe o questionamento sobre a intencionalidade de pensar a Geografia como uma disciplina de “atualidades”, fragilizando muitos dos seus conteúdos. O professor de

Geografia também encontra a opção de lecionar o Projeto de Vida, garantido em todas as séries no ensino médio, com carga horária de 2 aulas semanais em cada uma das séries. O Quadro 12, a seguir, apresenta outra possibilidade para o professor de Geografia:

**Quadro 12. Itinerário Formativo de Aprofundamento - Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG/GHS), com possibilidade ao professor de Geografia.**

Áreas de Linguagens e Ciências Humanas		Série/Aulas Semanais		
Itinerário Formativo Global	Componentes Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano
	Aceleração para Vestibular	-	-	3
Projeto de Vida	2	2	2	
Itinerário Formativo de Aprofundamento	Geopolítica	-	-	2
	Filosofia e Sociedade Moderna*	-	2	2

\*Licenciatura/Habilitação Alternativa

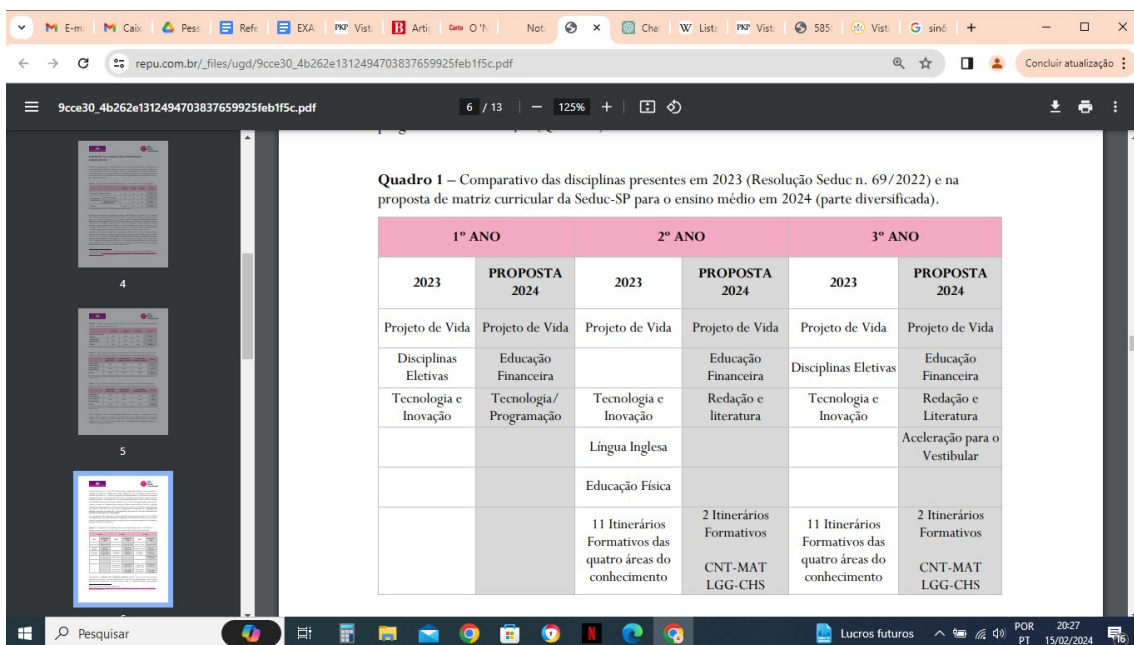
**Fonte:** Resolução SE - 52, 16/11/2023 - Organizado pelos autores.

A partir do Quadro 12, percebe-se que no Itinerário Formativo de Aprofundamento - Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG/GHS), o Professor de Geografia pode optar pelo mesmo componente curricular anterior da 3ª série “Aceleração para Vestibular”, também com três aulas semanais. O professor de Geografia também encontra a opção de lecionar o Projeto de Vida, garantido em todas as séries no ensino médio, com carga horária de 2 aulas semanais em cada uma das séries e outra opção é Filosofia e Sociedade Moderna, com carga horária

de 2 aulas semanais nas segunda e terceira séries. Entretanto, esta opção o Professor de Geografia está como Licenciatura/Habilitação Alternativa, o que dificulta garantir a atribuição dessas aulas.

Em conjunto, o Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD) e a Rede Pública e Universidade (REPU) se manifestaram em relação a essa nova Resolução feita pelo Governo Estadual por meio da Nota Técnica, intitulada “Redução de Itinerários Formativos para o Ensino Médio na Rede Estadual de São Paulo”. A nota técnica inicia seu texto afirmando que “A rede de ensino do estado de São Paulo tem funcionado como um laboratório de testagem de matrizes curriculares do Novo Ensino Médio (NEM)” (Gepud; Repu, 2023, p. 3). A afirmação ocorre diante das mudanças constantes realizadas pelo governo paulista desde o início da implementação do NEM. A nota afirma a descontinuidade na formação dos estudantes da 2ª e 3ª séries reduzindo ainda mais os conteúdos dos itinerários formativos. A Figura 11, a seguir, demonstra as alterações por meio da Resolução:

**Figura 1. Comparativo das Disciplinas presentes e em 2024 para o Ensino Médio Paulista**



**Quadro 1 – Comparativo das disciplinas presentes em 2023 (Resolução Seduc n. 69/2022) e na proposta de matriz curricular da Seduc-SP para o ensino médio em 2024 (parte diversificada).**

1º ANO		2º ANO		3º ANO	
2023	PROPOSTA 2024	2023	PROPOSTA 2024	2023	PROPOSTA 2024
Projeto de Vida	Projeto de Vida	Projeto de Vida	Projeto de Vida	Projeto de Vida	Projeto de Vida
Disciplinas Eletivas	Educação Financeira		Educação Financeira	Disciplinas Eletivas	Educação Financeira
Tecnologia e Inovação	Tecnologia/ Programação	Tecnologia e Inovação	Redação e literatura	Tecnologia e Inovação	Redação e Literatura
		Língua Inglesa			Aceleração para o Vestibular
		Educação Física			
		11 Itinerários Formativos das quatro áreas do conhecimento	2 Itinerários Formativos CNT-MAT LGG-CHS	11 Itinerários Formativos das quatro áreas do conhecimento	2 Itinerários Formativos CNT-MAT LGG-CHS

Fonte: GEPUD, REPU (2023)



Com base na organização apresentada na Nota Técnica, observa-se as alterações de itinerários do ano de 2023 e a proposta para 2024, em que se estabelece uma redução bastante significativa dos itinerários e seus conteúdos. A Nota Técnica afirma que “[...] a principal consequência prática do anúncio será a interrupção do percurso escolar dos estudantes do 2º e do 3º ano do ensino médio da rede estadual, com efeitos deletérios na formação escolar de mais de 950 mil estudantes de 16 e 17 anos” (Gepud; Repu, 2023, p. 9).

Também tece críticas sobre o fato do governo realizar uma nova alteração mesmo diante das discussões, a nível nacional, que estão ocorrendo sobre reformulações da Lei nº 13.415/2017 e que, conseqüentemente, irão repercutir nos currículos estaduais. Neste contexto, seria:

[...] irresponsável do ponto de vista do uso dos recursos públicos, pois não há justificativa pedagógica ou administrativa para que uma estadual rede de ensino, contrariando o que preconiza o seu próprio Conselho Estadual de Educação, modifique o currículo do ensino médio pela quinta vez num período de quatro anos e se antecipe a uma mudança no âmbito nacional que ainda é desconhecida (Gepud; Repu, 2023, p. 9).

Entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2024 foi realizada a etapa nacional da Conferência Nacional de Educação - CONAE, com o tema “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, no qual foi aprovado o texto final que propõe ao Ministério da Educação a revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e também da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Após nove meses tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei Nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que reforma o Ensino Médio, porém com vetos a alguns trechos. Dentre as principais mudanças estão o aumento da carga horária para a formação geral básica, ampliando a carga horária das disciplinas obrigatórias, a fixação das disciplinas obrigatórias, sendo: I - Linguagens e suas Tecnologias, integrada pela Língua Portuguesa e suas Literaturas, Língua Inglesa, Artes e Educação Física; II - Matemática e suas Tecnologias; III - Ciências da Natureza e suas Tecnologias, integrada por Biologia, Física e



Química; IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia. A Lei também assegura às comunidades indígenas a utilização das línguas maternas e permite que os estabelecimentos de ensino ofereçam outras línguas estrangeiras, preferencialmente o espanhol.

Outra mudança ocorre com os Itinerários Formativos, com redução da carga horária para 600 horas, estabelecendo que as escolas ofereçam, pelo menos, dois itinerários formativos, além do ensino técnico. O veto importante ocorreu nos artigos que previam a inclusão de conteúdos dos Itinerários Formativos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e manteve a prova com enfoque na Formação Geral Básica. As novas regras passam a valer para o ano de 2025.

Em outubro de 2024, o governo estadual paulista altera mais uma vez a organização curricular do Ensino Médio por meio da Resolução SE nº 84, de 31 de outubro de 2024. A nova matriz curricular deixa de ser organizada por Formação Geral Básica, Itinerário Formativo Global e Itinerário Formativo de Aprofundamento para apenas: Formação Geral Básica e Itinerário Formativo. Em relação à Formação Geral Básica, na Área de Ciências Humanas, a única alteração que ocorre é com o componente curricular Geografia, que perdeu sua carga horária. A Tabela 5, a seguir, evidencia essa alteração na Área de Ciências Humanas:

**Tabela 5. Matriz Curricular - Ensino Médio - 1ª e 2ª e 3ª série em 2025 Formação Básica - Tempo Parcial Diurno - Resolução SE - 84, 31/10/2024**

ÁREA	Série/Aulas Semanais		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Ciências Humanas			
História	2	2	2
Geografia	2	2	-
Filosofia	2	-	-
Sociologia	-	2	-

**Fonte:** Resolução SE - 84, 31/10/2024 - Organizado pelos autores.



Pode ser observado na Tabela 5, a exclusão das aulas de Geografia da 3ª série. Como já mencionado anteriormente, ao final de 2023 houve nova organização curricular em torno do componente curricular, pois houve insatisfação de professores e alunos diante da exclusão da Geografia na 3ª série e, por isso, a disciplina voltou a ser oferecida em 2024. Contudo, um ano após a mudança, retiraram novamente a Geografia da organização curricular da última série do ensino médio, gerando, mais uma vez, insatisfação por parte dos alunos e professores, tanto em relação aos conteúdos que não serão abordados diante da preparação para o ENEM e demais vestibulares, quanto em relação às incertezas de atribuição de aulas e fechamento de carga horária pelos professores.

Especificamente para a Geografia, além das duas aulas da formação básica geral da 1ª e 2ª séries do ensino médio, as unidades curriculares dos itinerários formativos que tem o componente como prioritário ou alternativo podem ser observados no Quadro 13, a seguir:

**Quadro 13. Itinerário Formativo - Áreas de Matemática e Ciências da Natureza (MAT/CNT), com possibilidade ao professor de Geografia.**

Áreas de Matemática e Ciências da Natureza		Série/Aulas Semanais		
Itinerário Formativo	Componentes Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano
	Projeto de Vida	-	-	1

**Fonte:** Resolução SE - 84, 31/10/2024 - Organizado pelos autores.

A partir do Quadro 13, percebe-se que em 2025, no Itinerário Formativo - Áreas de Matemática e Ciências da Natureza (MAT/CNT), a única unidade curricular que o Professor de Geografia pode optar é Projeto de Vida, com apenas 1 aula semanal na 3ª série, bastante diferente da Resolução anterior em que havia o total de 9 aulas, distribuídas em dois componentes curriculares para as três séries. O Quadro 14, a seguir, apresenta outra possibilidade para o professor de Geografia:

**Quadro 14. Itinerário Formativo - Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG/GHS), com possibilidade ao professor de Geografia.**

Áreas de Linguagens e Ciências Humanas		Série/Aulas Semanais		
Itinerário Formativo	Componentes Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano
	Projeto de Vida	-	-	1
	Geopolítica	-	-	2
	Filosofia e Sociedade Moderna*	-	-	2

\*Licenciatura/Habilitação Alternativa

**Fonte:** Resolução SE - 84, 31/10/2024 - Organizado pelos autores.

A partir do Quadro 14, percebe-se que dentro do Itinerário Formativo - Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG/GHS), o Professor de Geografia pode optar por dois componentes curriculares de licenciatura obrigatória, Projeto de Vida, com apenas 1 aula semanal na 3ª série, e Geopolítica, com 2 aulas semanais na 3ª série, totalizando 5 possíveis aulas semanais, bastante diferente da Resolução anterior em que havia o total de 15 aulas, distribuídas em quatro componentes curriculares para as três séries.

Diante das alterações realizadas para o ano de 2025, identifica-se que a Geografia e o Professor de Geografia perderam espaço na nova organização curricular. A Geopolítica tem sido utilizada como justificativa da exclusão da disciplina de Geografia da Formação Geral Básica da 3ª série, porém, a Geopolítica é apenas parte da Geografia e, além disso, os estudantes desta série que tiverem optado pelo Itinerário das Áreas de Matemática e Ciências da Natureza, não terão contato com a Geografia nesta série da última etapa da educação básica.

Em novembro de 2025, o governo estadual paulista altera mais uma vez a organização curricular do Ensino Médio por meio da Resolução SE nº 156, de 28 de novembro de 2025, mantendo a organização curricular em: Formação Geral Básica e Itinerário Formativo. Em relação à Formação Geral Básica, a Área de Ciências Humanas, mantém a mesma organização curricular. A Tabela 6, a seguir, evidencia essa organização na Área de Ciências Humanas:

**Tabela 6. Matriz Curricular - Ensino Médio - 1ª e 2ª e 3ª série em 2026 Formação Básica - Tempo Parcial Diurno - Resolução SE - 156, 28/11/2025**

ÁREA	Série/Aulas Semanais		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano
<b>Ciências Humanas</b>			
<b>História</b>	2	2	2
<b>Geografia</b>	2	2	-
<b>Filosofia</b>	2	-	-
<b>Sociologia</b>	-	2	-

**Fonte:** Resolução SE - 156, 28/11/2025 - Organizado pelos autores.

Pode ser observado na Tabela 6, que a Geografia continua excluída da 3ª série. Mesmo diante de insatisfações, o governo estadual manteve sua exclusão no último ano do Ensino Médio. As mudanças curriculares foram evidenciadas nas unidades curriculares dos itinerários formativos. Especificamente para a Geografia, além das duas aulas da formação básica geral da 1ª e 2ª séries do ensino médio, as unidades curriculares dos itinerários formativos que tem o componente como prioritário ou alternativo podem ser observados no Quadro 15, a seguir:

**Quadro 15. Itinerário Formativo - Áreas de Matemática e Ciências da Natureza (MAT/CNT), com possibilidade ao professor de Geografia.**

Áreas de Matemática e Ciências da Natureza		Série/Aulas Semanais		
Itinerário Formativo	Componentes Curriculares	1º	2º	3º



	Ano	Ano	Ano
Projeto de Vida	-	-	1

**Fonte:** Resolução SE - 156, 28/11/2025 - Organizado pelos autores.

A partir do Quadro 13, percebe-se que em 2026, no Itinerário Formativo - Áreas de Matemática e Ciências da Natureza (MAT/CNT), a única unidade curricular que o Professor de Geografia pode optar é Projeto de Vida, com apenas 1 aula semanal na 3ª série, mantendo a organização da Resolução anterior. O Quadro 16, a seguir, apresenta outra possibilidade para o professor de Geografia:

**Quadro 16. Itinerário Formativo - Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG/GHS), com possibilidade ao professor de Geografia.**

Áreas de Linguagens e Ciências Humanas		Série/Aulas Semanais		
Itinerário Formativo	Componentes Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano
	Projeto de Vida	-	-	1
	Atualidades	-	-	2
	Aprofundamento em Geografia	-	-	2
	Aprofundamento em Sociologia*	-	-	2
	Aprofundamento em Filosofia*	-	-	2

\*Licenciatura/Habilitação Alternativa

**Fonte:** Resolução SE - 156, 28/11/2025 - Organizado pelos autores.



A partir do Quadro 16, percebe-se que dentro do Itinerário Formativo - Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG/GHS), o Professor de Geografia pode optar por três componentes curriculares de licenciatura obrigatória, Projeto de Vida, com apenas 1 aula semanal na 3ª série, Atualidades, com 2 aulas semanais na 3ª série e Aprofundamento em Geografia, com 2 aulas semanais na 3ª série, totalizando 5 possíveis aulas semanais, mantendo o total de aulas da Resolução anterior. Quanto aos componentes curriculares em que a Licenciatura em Geografia é Alternativa, há Aprofundamento em Sociologia e Aprofundamento em Filosofia, sendo 2 aulas semanais na 3ª série para cada componente, totalizando 4 possíveis aulas semanais.

Importante destacar que os componentes curriculares Geopolítica e Filosofia e Sociedade Moderna, presentes na organização curricular da resolução anterior referente ao Itinerário Formativo das Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, não foram mantidos na nova resolução. Tal alteração evidencia a instabilidade da organização curricular paulista no contexto do Novo Ensino Médio, marcada por constantes reformulações dos componentes ofertados e pela ausência de continuidade dos percursos formativos propostos aos estudantes.

Diante das alterações realizadas para o ano de 2026, observa-se uma tentativa de minimizar a exclusão da Geografia da Formação Geral Básica da 3ª série por meio da inserção de componentes curriculares específicos nos itinerários formativos das Áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Entretanto, essa reorganização curricular não garante o acesso universal aos conhecimentos geográficos, uma vez que os estudantes matriculados no itinerário das Áreas de Matemática e Ciências da Natureza deixam de ter contato com discussões, conceitos e reflexões próprias da Geografia no último ano da educação básica.

Nesse sentido, a flexibilização curricular proposta pelo Novo Ensino Médio produz desigualdades formativas entre os próprios estudantes da rede pública estadual, já que o acesso aos conteúdos passa a depender dos itinerários ofertados pelas escolas e das escolhas realizadas pelos alunos. Conforme discutem Apple (2002) e Lopes (2019), as reformas curriculares contemporâneas tendem a intensificar processos de fragmentação do conhecimento e diferenciação curricular, comprometendo a garantia de uma formação comum e socialmente referenciada. No caso da Geografia, essa



redução pode impactar diretamente a formação crítica dos estudantes e aprofundar desigualdades nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior, especialmente em avaliações como o ENEM e os vestibulares, nos quais os conhecimentos geográficos permanecem presentes.

As sucessivas alterações curriculares realizadas entre 2020 e 2026 evidenciam um cenário de instabilidade normativa e reorganização permanente da estrutura curricular paulista. As frequentes mudanças nas matrizes curriculares, nos itinerários formativos e na distribuição da carga horária revelam não apenas dificuldades de implementação do Novo Ensino Médio, mas também a ausência de consolidação de um projeto curricular estável para a etapa.

Tal dinâmica aproxima-se do que Ball (2012) denomina de processos contínuos de recontextualização das políticas educacionais, nos quais as reformas são permanentemente ajustadas diante de disputas políticas, críticas sociais e dificuldades práticas de implementação. Nesse cenário, estudantes e professores tornam-se sujeitos de sucessivas experimentações curriculares, marcadas por incertezas, descontinuidades e redefinições constantes do trabalho pedagógico.

### **Considerações Finais**

A partir da análise documental das resoluções, matrizes curriculares, organizadores curriculares e demais normativas elaboradas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo entre os anos de 2020 e 2026, foi possível compreender como a implementação do Novo Ensino Médio produziu sucessivas alterações na organização curricular da Geografia na rede estadual paulista. As mudanças analisadas evidenciam um cenário de instabilidade curricular marcado por reformulações constantes na carga horária, nos itinerários formativos e nas possibilidades de atuação docente, repercutindo diretamente na formação dos estudantes e no trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas.

Ao longo do estudo, observou-se que as reformas curriculares paulistas, embora fundamentadas no discurso da flexibilização, do protagonismo juvenil e da ampliação das possibilidades formativas, produziram processos de fragmentação curricular e desigualdade no acesso aos conhecimentos geográficos. Nesse contexto, a



Geografia perdeu espaço na Formação Geral Básica e passou a depender, em grande medida, da oferta dos itinerários formativos, os quais variam conforme as condições estruturais das escolas e as definições organizacionais da própria rede estadual.

As sucessivas reorganizações curriculares implementadas no período analisado demonstram que a consolidação do Novo Ensino Médio ocorreu de maneira marcada por descontinuidades, reformulações permanentes e ausência de estabilidade normativa. Tal dinâmica aproxima-se das reflexões de Ball (2012), ao discutir os processos de recontextualização das políticas educacionais e as constantes redefinições produzidas pelas reformas contemporâneas. Nesse cenário, estudantes e professores tornam-se sujeitos de experimentações curriculares sucessivas, marcadas por incertezas relacionadas tanto à formação escolar quanto à organização do trabalho docente.

Além disso, as alterações observadas nas matrizes curriculares evidenciam processos de hierarquização dos saberes escolares, nos quais determinados componentes passam a ocupar posição secundária na formação dos estudantes. Conforme discutem Apple (2002) e Goodson (2013), o currículo constitui um espaço de disputas políticas e epistemológicas sobre quais conhecimentos são considerados legítimos no interior da escola. No caso da Geografia, a redução da carga horária e sua exclusão da 3ª série do Ensino Médio indicam o enfraquecimento da presença da disciplina na formação comum dos estudantes, comprometendo discussões fundamentais relacionadas às desigualdades socioespaciais, às questões ambientais, às dinâmicas territoriais e à compreensão crítica da realidade contemporânea.

Também se observou que a flexibilização curricular proposta pelo Novo Ensino Médio não garante, necessariamente, ampliação das possibilidades formativas aos estudantes. Conforme aponta Lopes (2019), os processos de flexibilização curricular podem aprofundar desigualdades educacionais ao transferirem para os itinerários formativos parte significativa dos conhecimentos anteriormente garantidos pela formação comum. No contexto paulista, os estudantes que cursam itinerários distintos passam a ter acessos diferenciados aos conteúdos geográficos, produzindo desigualdades formativas entre os próprios alunos da rede estadual, inclusive em relação à preparação para avaliações externas, como o ENEM e os vestibulares.

As análises realizadas também evidenciam impactos significativos para o trabalho docente. A constante reorganização das matrizes curriculares, a redução de



aulas e a modificação frequente dos componentes curriculares ampliam as incertezas relacionadas à atribuição de aulas, à composição da carga horária e à permanência dos professores na rede estadual. Além disso, observa-se um processo de deslocamento da Geografia para componentes curriculares mais flexíveis e interdisciplinares, o que contribui para o enfraquecimento da especificidade epistemológica da disciplina escolar.

As mudanças analisadas também produzem impactos significativos para a própria concepção de Geografia escolar presente no Ensino Médio. Conforme discutem Cavalcanti (2019) e Callai (2013), o ensino de Geografia possui papel fundamental na formação crítica dos estudantes, possibilitando a compreensão das dinâmicas espaciais, das desigualdades socioterritoriais, das relações sociedade-natureza e das múltiplas escalas que estruturam o espaço geográfico contemporâneo. Nesse sentido, o enfraquecimento da presença da Geografia na Formação Geral Básica compromete a construção de leituras críticas sobre o território, o espaço vivido e os processos socioambientais que atravessam o cotidiano dos estudantes.

Além disso, ao deslocar parte significativa dos conhecimentos geográficos para os itinerários formativos, o currículo contribui para a fragmentação da formação escolar e para a redução do acesso universal a discussões fundamentais relacionadas à cidadania, à participação social e à compreensão das desigualdades espaciais. A diminuição da presença da Geografia no currículo do Ensino Médio não representa apenas uma redução quantitativa de aulas, mas evidencia transformações qualitativas na concepção de formação humana e no papel atribuído às Ciências Humanas na educação básica.

Por fim, compreende-se que as mudanças curriculares implementadas na rede estadual paulista ultrapassam alterações meramente administrativas, constituindo transformações que impactam diretamente a concepção de formação escolar, o acesso ao conhecimento e o papel da Geografia na educação básica. Nesse sentido, defender a permanência e o fortalecimento da Geografia na Formação Geral Básica significa também defender uma formação crítica, socialmente referenciada e comprometida com a compreensão das múltiplas dimensões espaciais, políticas, econômicas e socioambientais que constituem a sociedade contemporânea.



## Referências

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; DA SILVA, Tomaz (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-91.

BALL, Stephen John.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **How schools do policy: Policy enactments in secondary schools**. Routledge, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. 598p. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em 25 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 1999.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio): Parte I - Bases legais. Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2000.

BRASIL. PCN+ Ensino Médio: orientações curriculares complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias. Volume 3. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA (GEPUD); REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE (REPU). Redução de Itinerários Formativos para o Ensino Médio na Rede Estadual de São Paulo [Nota Técnica]. São Paulo: GEPUD, REPU, out. 2023. Disponível em:

<https://www.gepud.com.br/pdf/NT%20Reforma%20da%20Reforma%20do%20EM%20em%20SP.pdf>. Acesso em: 25. fev. 2024.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista [Nota Técnica]. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em: [www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas); [www.gepud.com.br/manifestacoes.html](http://www.gepud.com.br/manifestacoes.html). Acesso em: 01. ago. 2025

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013



LOPES, Alice Casimiro. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 386-400, 2002. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/02/OS-PCN-PARA-O-ENSINO-MEDIO.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 109-118, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782004000200009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000200009). Acesso em: 25 fev. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 33-52, 2006. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, 2019.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE (REPU). Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun.2022. Disponível em: [www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas). Acesso em: 25. fev. 2024.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto: Penso Editora, 2013.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 61/2012a. Dispõe sobre Orientações Técnicas realizadas pelos órgãos centrais e regionais, de que trata o artigo 8º da Resolução SE nº 58/2011.



SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 68/2012b. Dispõe sobre as ações de acompanhamento, realizadas pelos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico - PCNPs, nas unidades escolares, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 75/ 2014b. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista Ensino Médio**, 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/sites/7/2020/03/formacao-geral-curriculo-paulista-ensino-medio.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 85, de 19-11-2020. Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 97, de 08/10/2021. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 69, de 12/08/2022. Altera e inclui dispositivos na Resolução SEDUC nº 97, de 08-10-2021, que estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 52, de 16/11/2023. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.



SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 84, de 31/10/2024. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE Nº 156, de 28/11/2025. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, n. 151, São Paulo, p. 190-202, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0100-15742014000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742014000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 25 fev. 2024.